

Epidemias e defesa do território: os primeiros cordões sanitários militares na fronteira terrestre

LAURINDA ABREU

No verão de 1799, Lisboa, «tão amiúde visitada pela peste», nas palavras de D. Manuel I, estava vigilante, quer por causa da guerra entre a França e a Inglaterra, que deixava Portugal em grande instabilidade, quer devido às notícias de um surto de febre-amarela em Cádis e outro de peste em Málaga. Cenário político mais complexo e epidemias em escalada caminhariam lado a lado, marcando os dois anos seguintes.

Nos finais de Março de 1800, o governo português era informado do descontrolo da epidemia em Cádis (entre Novembro e Março, perderia ca. 15 % da população, entre 7400 e 8500 habitantes), o que levou ao imediato reforço da segurança no lazareto da Trafaria, o único local do reino onde se fazia a fiscalização sanitária dos navios de grande porte. Sem que a epidemia aparentasse retroceder, nos primeiros dias de Outubro, o secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ordenou ao intendente-geral da polícia, Pina Manique, que tudo fizesse para evitar a entrada da doença no país, controlando as fronteiras marítima e terrestre. Foram então estabelecidos os primeiros cordões sanitários militares na fronteira com Espanha.

No Outono, enquanto o governo espanhol mandava soldados isolar os locais da Andaluzia mais fustigados pelo surto epidémico, Portugal estabelecia cordões sanitários em Trás-os-Montes, Portalegre e Vila Real de Santo António. O mais robusto, composto maioritariamente por ordenanças, foi o do Alto Alentejo, na raia com a Estremadura espanhola. Contudo, a razão deste investimento parece ter sido mais política do que epidemiológica: era naquela região que Espanha concentrara o seu maior contingente militar (quando comparado com os deslocados para a Galiza e a Andaluzia), porque estava a preparar a invasão de Portugal, que ficaria conhecida como a *Guerra das Laranjas* (Maio e Junho de 1801). Esta circunstância permite deduzir que, num quadro de muitas incertezas no quadro político europeu, o governo poderá ter usado o receio da febre-amarela para facilitar o recrutamento de homens, uma tarefa reconhecidamente difícil no Alentejo. Poderá, também, tê-los mantido para vigiar a fronteira, quando, ainda em 1800, parte

do exército foi desmobilizada. As batalhas travadas no Alentejo, em 1801, tiveram forte participação de milícias e de populares.

A experiência adquirida por Pina Manique na organização de cordões sanitários em 1800 foi convocada pelo governo em 1804, quando voltaram a soar notícias de febre-amarela em Espanha, em Málaga. Ao contrário do que acontecera anteriormente, o novo cordão bloqueou toda a fronteira terrestre, à excepção de Trás-os-Montes, e foi organizado seguindo preceitos internacionalmente estabelecidos. O que está mais bem documentado, entre Montalvão e Mértola, contou com 3151 homens, distribuídos por oito divisões ao longo da raia. Aldeias, nós rodoviários, becos, carreiros e as quase duas centenas de pequenos portos do Guadiana e seus afluentes eram vigiados pela cavalaria. Operando como uma segunda linha de defesa, lazaretos improvisados acolheriam os contagiados, e todo o aparato quarentenário contava com o apoio directo dos hospitais civis e militares da região.

Em 1804, como em 1800, Portugal saiu praticamente ilesa das epidemias que devastaram o Sul de Espanha (e, em geral, a bacia do Mediterrâneo). Contudo, em 1800, como sublinhado pelas autoridades, a eficácia ter-se-á ficado a dever sobretudo à defesa da fronteira marítima e, em 1804, à conjugação dos esforços defensivos em torno das duas fronteiras. Na marítima, para além do reforço da protecção dos portos, com a instalação de lazaretos temporários, o reino pôde contar com a Esquadra do Estreito — navios de guerra que actuavam pelo golfo de Cádis, estreito de Gibraltar e costa do Magrebe, para prevenir o corso e impedir a passagem do Mediterrâneo ao Atlântico —, mobilizada para proteger as embarcações com trigo e gado que do Norte de África se dirigiam a Lisboa, no âmbito das transacções comerciais luso-marroquinas reatadas após o Tratado de 1774. Acções coordenadas com as autoridades marítimas que guardavam a costa algarvia e expulsavam, sob ameaça da «força do fogo», os barcos estrangeiros provenientes dos locais onde lavravam as epidemias e, ainda, com a rede consular que, a partir de Cádis, Tânger e Gibraltar, foi actualizando o governo sobre a evolução da calamidade.

10 SET 1800 A Intendência-Geral da Polícia informa as autoridades do Alentejo e Algarve da existência de febre-amarela em Cádis e impõe medidas de prevenção e controlo da mobilidade.

19 SET 1800 Pina Manique transmite a D. Rodrigo de Sousa Coutinho as informações recebidas sobre a epidemia, dando-lhe conta das medidas que está a tomar.

26 SET 1800 O Príncipe Regente ordena ao coronel-general de Bragança que organize um cordão sanitário (com tropas de linha) na fronteira.

30 SET 1800 Início da organização de lazaretos temporários nos portos.

4 OUT 1800 D. Rodrigo de Sousa Coutinho confia a Pina Manique defesa sanitária do país.

10 OUT 1800 O cordão das Ordenanças entre o Alentejo e o Algarve é colocado sob o comando do marchal-de-campo José Joaquim de Melo Lacerda, auxiliado pelo provedor da comarca de Beja.

29 OUT 1800 Os corregedores do Alentejo recebem ordens para vigiar pessoalmente o cordão na suas áreas de jurisdição.

8-14 NOV 1800 Chega a Portugal a ajuda militar inglesa (estacionada em Gibraltar).

27 AGO 1804 O governo é informado sobre um novo surto epidémico de febre-amarela em Málaga.

28 AGO 1804 O conde de Vila Verde convoca Pina Manique para a defesa sanitária do Reino. Pina Manique contacta as diferentes autoridades para iniciarem a implementação do aparato quarentenário.

2 OUT 1804 O governo ordena a Pina Manique que reduza a mobilidade interna para evitar a disseminação da epidemia.

6 OUT 1804 Pina Manique determina aos corregedores das comarcas do Alentejo e do Algarve que organizem um cordão sanitário com milícias, estabeleçam lazaretos e exijam cartas de saúde aos viajantes. Promete a ajuda dos tenentes-generais e governadores de armas com militares de linha.

11 OUT 1804 O coronel José Carconde Lobo apresenta os planos para a expansão do cordão sanitário.

20 OUT 1804 Duzentas pessoas estão em quarentena em Tavira.

21 OUT 1804 Criação da Junta da Inspecção sobre as providências para a peste.

25 OUT 1804 Proibição de desembarques no Algarve.

22 NOV 1804 Ordem régia para levantar o cordão sanitário (anulada).

20 FEV 1805 Ordem para que as tropas do cordão regressem aos quartéis e entreguem o seu controlo aos magistrados locais.



